

A PARTICIPAÇÃO DAS FILHAS NA FORMAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DAS RELAÇÕES FAMILIARES E REDES SOCIAIS, ECONÔMICAS E POLÍTICAS NO BRASIL MERIDIONAL (VILA DE RIO PARDO – FINAL DO SÉCULO XVIII E INÍCIO DO XIX)

RICARDO SCHMACHTENBERG*

Estudos recentes têm aprofundado para o estudo sobre as redes e relações familiares, seja no período colonial ou imperial brasileiro. Além disso, a realização de eventos e simpósios sobre a história das famílias e seus enredos tem oportunizado a apresentação desses estudos para uma melhor reflexão sobre o tema, bem como, tem fornecido um amplo leque de sugestões sobre novos temas, novos problemas e novas abordagens para o estudo das famílias. Uma dessas áreas pode ser destacada a partir do papel das mulheres como chefes de família e de domicílio no Brasil (SAMARA, 2006) e das filhas no processo de formação e consolidação de alianças familiares. Nesse sentido, este texto tem por objetivo apresentar alguns resultados e dados sobre a importância e a participação das filhas no processo de formação e consolidação das relações familiares e redes sociais, econômicas e políticas na Vila de Rio Pardo entre o final do século XIII e primeiras décadas do século XIX.

Ou seja, a historiografia brasileira, há algumas décadas, se interessava muito pouco em pesquisar e analisar as redes e relações familiares e de poder que se formavam no universo das instituições, em especial a câmara municipal. A primazia estava focada nas questões de ordem econômica, sendo que, a história social e política tinham sido renegadas a um segundo plano. No entanto, especialmente, a partir das últimas décadas do século XX, tem se renovado e ampliado os estudos e os debates envolvendo temas que discutem a família no âmbito da história social e da própria história política.

Assim, essa proposta tem a finalidade também de colocar dentro de uma discussão historiográfica mais ampla o papel das filhas como agente estratégico na formação de redes sociais, políticas e econômicas, revelando novos perfis e comportamentos femininos no universo do Brasil colonial e imperial. Não é nossa intenção fazer um estudo biográfico ou prosopográfico dessas filhas, mas sim, revelar a importância e a estratégia que seus pais

*Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS e Professor de História da Rede Estadual e Municipal de Ensino do Rio Grande do Sul.

tiveram ao casarem suas filhas com os filhos de importantes famílias, constituindo importantes laços familiares ou casando suas filhas com indivíduos de “fora”, mas que possuíam algum capital simbólico importante, como por exemplo, serem reinóis.

Sendo assim, o estudo desses laços matrimoniais e das estratégias familiares pode oferecer uma nova compreensão para as relações entre as famílias, proporciona também, um conhecimento mais profundo sobre o próprio funcionamento de seus núcleos familiares. Certo é que a família constituiu-se, ao longo do Brasil colonial e imperial, em importante meio de conservação e ampliação de redes, riquezas, poder e importância social, política e econômica. Podemos partir do pressuposto de que a família era o “capital social básico no mundo rural” (FARINATTI, 1999, p. 119). Ou, “para as autoridades portuguesas a família definida pelo casamento religioso era a peça indispensável para a criação duma sociedade estável e civilizada” (RAMOS, 2003, p. 228). Já Kátia Mattoso, que estudou a sociedade baiana dos oitocentos, considerou a família “o primeiro tipo de associação social, sendo, portanto, uma instituição fundamental juntamente com o Estado e a Igreja” (MATTOSO, 1992). Porém, em nossa tradição, a noção de família se “constituiu atrelada as especificidades de uma sociedade escravista e patriarcal” (MUAZE, 2006, p. 09).

Nesse sentido, busca-se analisar o papel exercido pelas filhas como estratégia de sobrevivência do núcleo familiar no sentido de manter seu *status* enquanto grupo privilegiado da sociedade da época. José Luis Moreno, ao analisar a história da família entre a elite portenha, destaca que “*durante el siglo XVIII los matrimonios estuvieron precedidos de verdaderas estrategias por las cuales las uniones de los hijos o hijas con comerciantes, funcionarios o altas jerarquias militares tendieron a tejer un entramado de relaciones destinadas a unificar el poder económico y el político*” (MORENO, 2004, p. 51).¹

O estudo dessas relações matrimoniais possibilitou, portanto, compreender as diferentes estratégias adotadas por suas famílias como forma de garantir seu *status* e condições de se manterem enquanto elite de uma vila numa região de fronteira como Rio Pardo.² Buscamos ampliar, a partir da documentação de que dispomos, principalmente fontes

¹ Ver também: (KÜHN, 2006; FARINATTI, 2010; BACELLAR, 1997).

² Lembramos que o termo “estratégia” proposto por Zúñiga define o termo como um conjunto de práticas e comportamentos que permitem alcançar ou chegar a uma posição de privilégio como resultado de um esforço realizado (Zúñiga. Apud. VIVÓ, 2009, p. 265).

laicas e eclesiásticas, a discussão sobre a família, compreender a dinâmica familiar a partir dos casamentos, mas também o seu universo de parentesco e parentela,³ da reprodução social da família, das relações e redes familiares que se formaram em torno das filhas. Ao estabelecer esse tipo de vínculo, o matrimônio assumiu um papel fundamental para a sociedade rio-pardense da época, últimas décadas do século XVIII e primeiras do XIX, bem como para as sociedades tradicionais em geral, visto que podemos considerá-lo como “o momento em que se tornam plenamente visíveis as estratégias mais complexas de reprodução e preservação do *status* familiar” (BACELLAR, 1997, p. 60).

Partindo desse pressuposto, podemos considerar que o casamento se tornou um “negócio” entre as famílias de elite: vínculos de aliança, de consanguinidade, de parentesco espiritual e de parentela, foram determinantes para a reprodução social do grupo familiar, e, nesse sentido, se garantiram enquanto grupo privilegiado, mantendo-se no topo da hierarquia social, econômica e política da Vila de Rio Pardo. Assim, independentemente da categoria social, o casamento, segundo o historiador Carlos Bacellar “é um ato profundamente submisso a imperativos de ordem social, econômica e cultural que o direcionam em qualquer comunidade...o casamento ou a união consensual era, antes de tudo, o melhor caminho para se garantir condições mínimas de sobrevivência” (BACELLAR, 2001, p. 73).

Portanto, casar com quem? (SCOTT, 1995, p. 98). Essa é uma questão fundamental para a reprodução biológica, mas, especialmente, para a reprodução social da família de elite, porque estaria em jogo à continuidade de seu *status*, principalmente, político e econômico, assim como a preservação e/ou ampliação de seu patrimônio. Ao mesmo tempo, seriam definidas importantes redes de alianças e estratégias familiares, cujo interesse maior, seria justamente se perpetuarem na condição de representantes da elite local.

O que nos parece definitivo, tanto para as famílias quanto para os indivíduos, principalmente, é que os interesses econômicos, políticos e sociais estavam em jogo e formavam um poderoso elo na constituição de redes familiares, tinham uma capacidade de estabelecer importantes relações sociais. E os casamentos, seja exogâmicos ou endogâmicos, fortaleceram essas relações e os interesses próprios de cada família. As uniões matrimoniais

³ O termo parentesco refere-se às relações que ocorreram dentro da mesma unidade familiar, seja por descendentes ou por alianças e a parentela refere-se às relações que se criaram fora da família em que o indivíduo nasceu e a que ele criou.

entre indivíduos vindos de outras partes do Brasil e de Portugal com filhas de importantes famílias da elite representada aqui pelos comerciantes, negociantes e estancieiros de Rio Pardo, podem ser vislumbradas como mecanismos de ascensão socioeconômica e de acesso a postos camarários e de ordenanças, mas também serviram como forma de consolidar e fortalecer alianças e negócios.

Nesse sentido, para o pai, membro da elite local, era importante casar sua filha com alguém que tinha “gabarito” na sociedade, e, para o militar, comerciante ou negociante que vinham de outras localidades, era importante inserir-se na sociedade e casar-se com uma moça, integrante, principalmente, de uma família de elite, poderia ser uma saída. As antigas famílias sempre tiveram a tendência de consolidar alianças entre si pelo casamento; porém, eliminando pragmaticamente os preconceitos, foram firmando alianças matrimoniais com comerciantes, negociantes e militares enriquecidos (NADALIN, 2003, p. 237), fortalecendo o nome e o prestígio da família nos quadros políticos da Vila de Rio Pardo, bem como na Capitania/Província do Rio Grande de São Pedro.

Portanto, a noção de família está ligada a uma organização muito mais complexa, altamente diversificada, específica para cada período e, sendo assim, suscetível e influenciado por diversos fatores como o religioso e o econômico, por exemplo. A partir disso, a família tornou-se campo privilegiado para pesquisas, redescobertas, com novos desdobramentos, novas atitudes e comportamentos familiares. O historiador Carlos Bacelar dedicou-se ao estudo da família e do sistema sucessório entre os senhores de engenho do Oeste Paulista. Seu trabalho demonstrou ser altamente inovador, com a utilização de métodos da demografia histórica, acompanhou a formação de uma elite agrária regional por quatro gerações, entrevendo mecanismos de preservação e reprodução das fortunas (BACELAR, 1997). Outro importante trabalho que podemos destacar e acrescentar dentro dessa perspectiva da demografia histórica é da historiadora Ana Silvia Volpi Scott, onde ela faz uma análise das famílias, das formas de união e da reprodução social da Freguesia de São Tiago de Ronfe, a partir do cruzamento nominativo das fontes. A autora procura contextualizar a sua análise em termos analíticos, colocando ao centro de sua problemática a questão dos regimes demográficos do Antigo Regime europeu e dos comportamentos familiares que lhes estavam associados. (SCOTT, 1999).

Tomando por base estas premissas, nossa análise baseou-se, principalmente, a partir dos registros de casamento, fazendo um cruzamento de informações com os inventários pelos quais dispunha. Apesar de essas fontes não nos permitir um acompanhamento por gerações, mas foram de suma validade para se analisar e se avaliar o papel e a importância das filhas no processo de formação e constituição de redes e alianças familiares. A investigação não ficou resumida a uma única unidade familiar, mas sim, nas estratégias utilizadas pelos pais dessas filhas, a partir do matrimônio, como instrumento de constituição e consolidação de alianças familiares, de concentração de fortunas, de redes de poder, seja econômica, política ou social, ampliando os laços entre as diferentes famílias que estavam se unindo.

Muriel Nazzari em um importante estudo sobre a atuação feminina e da família na história de São Paulo faz uma análise nas transformações do sistema de dotar as mulheres da elite paulista. A autora, quando se refere ao Seiscentos, destaca a necessidade das famílias de dotarem suas filhas para auxiliar na formação de novos núcleos familiares. Dessa forma, o casamento se tornava uma prática fundamental para a constituição de um novo centro produtivo. Por outro lado, o dote e o sistema de casamento ampliavam as alianças das famílias das noivas; por outro, o genro participava dos empreendimentos militares, políticos ou econômicos da família. Assim, por intermédio do matrimônio, o cônjuge masculino fornecia para a esposa a possibilidade de maior prestígio social, na medida em que podia ser um estrangeiro (NAZZARI, 2001, pp. 59-82). Por outro lado, para o estrangeiro, o matrimônio era uma forma de se inserir na sociedade local e participar da vida social e, principalmente, política. Nesse sentido, tomando como referência estas considerações, analisamos o comportamento social dessas famílias, suas escolhas matrimoniais e a constituição de alianças, como estratégia familiar para estar no grupo das melhores famílias da Vila de Rio Pardo entre o final do século XVIII e primeiras décadas do XIX.

A Vila de Rio Pardo, nas últimas décadas do século XVIII e início do século XIX, passou por um processo de ocupação e transformação, surgindo, primeiramente, como uma fortificação militar, importante para as pretensões portuguesas no Brasil Meridional, tornando-se um importante entreposto comercial, ligando Porto Alegre a fronteira oeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, por onde passavam negociantes, comerciantes e militares, sendo que muitos destes acabaram fixando residência na vila próspera. Ou seja, uma série de transformações econômicas ali se processou e, conseqüentemente, possibilitando uma nova

configuração no seu status político, de povoado a vila, com a instalação da câmara municipal e eleição dos oficiais camarários em 1811. Nesse sentido, nos deparamos com uma sociedade em transformação e, ao mesmo tempo, em formação, extremamente interligada por alianças matrimoniais, caracterizando uma rede social entre os membros da elite local em formação.

Essa sociedade formou-se tendo como base econômica às atividades comerciais e estancieiras. Portanto, essa sociedade atingiu seu poder e prestígio, num primeiro momento, com base no seu poder econômico e, a partir dele, almejou e conseguiu alcançar também o poder político na vila, passando a ocupar os principais postos da câmara municipal. Em função disso, se utilizaram desse prestígio e poder, seja material ou imaterial (LEVI, 2000) para fazer alianças e conexões com outras famílias.

João Pereira Fortes, açoriano e um dos primeiros povoadores de Rio Pardo, se estabeleceu na região por volta de 1759, onde passou a desempenhar a atividade comercial. Casado com Eugênia Rosa, açoriana, o casal teve doze filhos. É evidente que o estabelecimento da família estava condicionado as possibilidades de sobrevivência da própria família e de seus membros, ou seja, era um horizonte de incertezas. Viviam da atividade comercial e, portanto, as alianças eram fundamentais para o fortalecimento do núcleo familiar. Escolástica Joaquina, uma das filhas, natural de Rio Pardo, contraiu núpcias com o capitão Caetano Coelho Leal, natural de Portugal, prestigiado cidadão na vila e vereador na câmara municipal (LAYTANO, 1979, p. 221).⁴ Portanto, para o militar, cuja patente já lhe garantia *status*, representava entrar no universo social da elite local e dos postos de governança. Para o comerciante, uma estratégia de fortalecimento de seu grupo familiar a partir da ampliação das redes e relações familiares, como forma de garantir a condição socioeconômica de sua unidade familiar. Ambos irão se utilizar de seus cabedais e de seu *status* para fortalecer uma aliança, por meio do matrimônio, principalmente, reiterando e ampliando a posição e prestígio dos indivíduos e da família na sociedade.

Antônio Ferreira Gomes, capitão do Terço de Ordenanças e filho de Manoel Ferreira Gomes e Anna Dias dos Santos, naturais do Porto, contraiu matrimônio com Maria Cândida do Amor Divino, natural de Rio Pardo, em seis de abril de mil oitocentos de doze, filha de

⁴ Outras duas filhas de João Pereira Fortes também se casaram com oficiais camarários e juízes almotacés. Eugênia Rosa Joaquina casou-se com o tenente e juiz almotacé José Martins da Crus e Rosa Joaquina contraiu núpcias com o estancieiro, negociante e juiz almotacé José Vieira da Cunha.

João Guilherme Jaques, um importante e conceituado comerciante em Rio Pardo.⁵ Após o casamento, Antônio Ferreira Gomes foi nomeado tesoureiro da Décima dos Prédios Urbanos e juiz almotacé. Adquiriu também um estabelecimento comercial onde comercializava secos e molhados aos moradores da vila.

Para esses indivíduos não naturais da vila, os matrimônios significavam entrar na elite local, obter prestígio social e, principalmente, assumir cargos na câmara municipal. Para esses indivíduos, “casar segundo os padrões dominantes na sociedade colonial, significava garantir o mínimo das condições de sobrevivência...Significava, por outro lado, a aceitação do ‘forasteiro’ pela comunidade local. Quando casado, o migrante se inseria nos moldes vigentes naquela sociedade” (FARIA, 1998, p. 63). Embora a fortuna lhes abrisse a possibilidade de participação no universo restrito da elite rio-pardense, nem sempre ela era garantia de prestígio e reconhecimento. Fazia-se fundamental unir à riqueza outros fatores como nome e tradição familiar, o que poderia ser alcançado através de alianças comerciais e matrimoniais com membros das famílias locais.

E, para as moças, filhas das mais importantes e prestigiadas famílias de Rio Pardo, o casamento representava respeitabilidade perante a sociedade local e mais, segundo Sheila Faria, era pelas filhas que se transmitia o poder e o prestígio da família, sendo, a peça-chave no processo produtivo e reprodutivo, e o genro, herdeiro, personagem comum dessa “colônia em movimento” (FARIA, 1998, p. 195). O que pode ser visível no universo das teias e relações matrimoniais que ocorreram na sociedade rio-pardense, onde os membros das famílias de elite tiveram a preocupação em criar uma larga rede de sustentação política, resultando no fortalecimento do grupo social e na ampliação do poder de dominação local, poder este substanciado e também consubstanciado na ocupação dos cargos administrativos da câmara municipal. Um exemplo concreto dessa premissa pode ser visto na família de Francisco de Oliveira Porto. Ele, um reinol, estabelecido em Rio Pardo com uma casa de comércio, atuando também como negociante de grosso trato, com importantes ligações comerciais com a praça do Rio de Janeiro, foi casado com Maria Francisca da Conceição, natural da vila. Tiveram vários filhos, porém, quatro de suas filhas contraíram matrimônio

⁵ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro N° 3 – 1809/1832, F31v. Porto Alegre: AHCMPA.

com quatro indivíduos vindos de Portugal, sendo que os quatro foram juízes almotacés e camaristas. Dois dos filhos de Francisco de Oliveira Porto também foram juízes almotacés e ocuparam cargos na Câmara Municipal de Rio Pardo. Portanto, “o casamento no interior desse grupo pode ser considerado uma questão de propriedade, pois almejava a preservação da fortuna sem perder de vista a aquisição de prestígio. Ou seja, a política de casamento era um artifício importante para garantir a permanência do grupo familiar no seio das *melhores famílias*” (MUAZE, 2008, p. 32).⁶

Ao analisarmos as relações familiares e de casamento, no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, verificamos que as filhas foram importantes elos na união e na formação de uma aliança estratégica envolvendo as principais famílias de Rio Pardo. Apresentamos dois exemplos: primeiramente, temos o casamento de Anna Bernardina Jaques, natural da terra, filha do comerciante de Rio Pardo, João Guilherme Jaques com o camarista e negociante Francisco Gomes da Silva Guimarães, natural de Braga. O mesmo negociante casou sua filha, Anna Carolina Julia, com José Joaquim de Andrade Neves, filho do estancieiro e camarista José Joaquim de Figueiredo Neves. Portanto, verifica-se uma tríplice aliança, por meio do matrimônio e de suas filhas, envolvendo três famílias da elite de Rio Pardo e, ao mesmo tempo, consolidando e aproximando três das mais importantes atividades ocupacionais da vila: o comerciante, o negociante e o estancieiro. São estratégias que, apesar do horizonte de incertezas, demonstram que a união desses segmentos econômicos e, conseqüentemente, suas famílias, era estrategicamente possível para uma pequena vila na Capitania/Província do Rio Grande de São Pedro.

Em outro caso, verificamos a aliança familiar entre oficiais camarários por intermédio do casamento de seus filhos. Agueda Francelina Pires, filha do estancieiro e camarista Antônio Simões Pires casou-se com José Tomé Salgado, filho do negociante e também camarista Joaquim Pedro Salgado. Nesse sentido, entre as estratégias dessa elite e de tais grupos destacam-se as alianças matrimoniais, envolvendo suas filhas, como forma de garantir o predomínio e a hegemonia política, mas também econômica e social na região. Os exemplos que citamos servem para ressaltar a formação de redes de família e o uso disso como fonte de

⁶ A propriedade não está ligada a questão da terra, mas sim ao prestígio, ao poder e ao *status* que o casamento no interior desse grupo familiar poderia fornecer.

poder. Para corroborar com essa afirmação, Silvia Brügger acrescenta que “o casamento era, acima de tudo, um arranjo familiar calcado em interesses de ordem socioeconômica e/ou política. Era, portanto, um projeto e uma escolha que visavam à satisfação da família” (BRÜGGER, 2007, p. 122).

Em uma sociedade urbana e em processo de crescimento como a de Rio Pardo, o sistema de alianças e parentescos também parecia ter regulado o universo da organização social. Podemos observar a partir dos exemplos citados anteriormente que “os casamentos foram arranjados de modo a criar uma ampla rede de alianças com famílias ocupadas nos mais diversos setores de atividade:” (BACELLAR, 1997, p. 91) comércio, criação de gado e atividade agrícola. Nesse sentido, quanto mais ampla e sólida as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso socioeconômico e político da família.

Sendo assim, a escolha dos cônjuges não significava uma mera formalidade, isto é, casar quando e com quem representava algo maior, “o casamento era um acontecimento dos mais importantes para as famílias da elite” (SCOTT, 1995, p. 101), havia todo um ritual e uma estratégia por trás dele, pensada com o intuito de estabelecer um vínculo entre a rede de relações familiares que complementassem as atividades desempenhadas, ou seja, “dependendo das famílias e dos indivíduos envolvidos, as estratégias possíveis estavam em jogo” (SCOTT, 1999, p. 167). Podemos citar outro exemplo através do matrimônio entre Anna Joaquina de Souza e Antônio José Coelho Leal, ambos naturais e radicados na Vila de Rio Pardo. Ela, filha do camarista José Antônio de Souza.⁷ Ele, negociante, estancieiro, militar e camarista, filho do capitão e camarista Caetano Coelho Leal e neto do comerciante João Pereira Fortes. Portanto, as estratégias eram reiteradas tanto dentro como fora da administração municipal e o elo entre essas estratégias estava concentrado justamente na relação matrimonial e as filhas parte integrante desse processo.

O casamento transformou-se num negócio familiar, numa troca de “interesses econômico, social e político que teriam influência decisiva na manutenção do *status quo* da família” (SCOTT, 1995, p. 99). Significou também em estratégias de reprodução e preservação do *status* familiar, uma forma de garantir a sustentabilidade da família e das teias

⁷ Inventário Post-Mortem de Anna Joaquina de Souza e Antônio José Coelho Leal. Processo nº 590; maço 26; ano 1856. Porto Alegre: APERS. Antônio José Coelho Leal é cunhado de José Vieira da Cunha, estancieiro e camarista de José Martins da Cruz, militar e camarista.

familiares que a compunham, em uma estreita preocupação em manter o padrão de riqueza e de prestígio que possuíam. Nesse sentido, esse comportamento permitiu que os integrantes do grupo familiar agissem com o mesmo objetivo: recriar alianças, redes e relações sociofamiliares, multiplicar as possibilidades de crescimento, perpetuar os integrantes da família nos principais postos da câmara municipal, garantindo a família posição de destaque na sociedade local.

Nesse sentido, as câmaras passaram a ser consideradas como espaço privilegiado de formação das elites coloniais, sendo possível identificar uma poderosa rede governativa⁸ em torno da Câmara Municipal de Rio Pardo, nas primeiras décadas do século XIX, onde os indivíduos, estrategicamente articulados, compartilhavam também relações familiares e de parentesco. Assim, fazer parte dessa rede possibilitaria sua inserção ou aliança com as melhores famílias da vila, contraindo matrimônio com uma moça de bom nível social, pertencente a uma família de elite, ampliando sua rede de inserção social.

Filha do tenente de Dragões André Ferreira de Andrade e de Gertrudes Maria Barboza, Inocência Roza Ferreira contraiu núpcias com Francisco da Silva Bacellar. Ela natural de Rio Pardo e ele, natural do Rio de Janeiro, negociante e proprietário de uma sesmaria, após o casamento, foi nomeado juiz almotacé, eleitor, juiz ordinário, vereador e procurador da câmara municipal.⁹ O casamento foi um fator importante para que o cônjuge entrasse no universo camarário, é um indicador importante de distinção e de aceitação entre os membros da elite rio-pardense. Para a família da noiva, representava estar não só prestigiada no meio social, mas também, ingressar no grupo das famílias que controlavam o poder político na vila. A relação entre as famílias de um militar e de um negociante sublinha para uma nova dinâmica das relações matrimoniais existentes na vila, ou seja, para o militar era importante estar o centro político e para o negociante representava um vínculo importante nas relações sociais que permeavam na Vila de Rio Pardo para a época.

⁸ Considerando a governação portuguesa de fins do século XVII e início do XVIII, é possível propor uma noção de rede governativa entendida como uma articulação estratégica de indivíduos no âmbito da administração. Essa articulação era o resultado, em grande parte, da combinação das trajetórias administrativas dos indivíduos conectados pelo meio da rede e das jurisdições estabelecidas pelos regimentos dos cargos que eles iam progressivamente ocupando (GOUVÊA, 2010, p. 179).

⁹ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 2B – 1793/1809, F222v. Porto Alegre: AHCMPA.

Joaquina Romaria de Andrade, filha do tenente Joaquim Thomaz de Andrade Siqueira e Maria Joaquina Assunção contraiu núpcias com o capitão e negociante Joaquim Pedro Salgado, natural de Lisboa, no dia vinte e sete de julho de mil e oitocentos.¹⁰ Após o matrimônio, o negociante foi nomeado duas vezes juiz almotacé, uma vez para eleitor e três vezes para vereador da câmara. Três meses depois do casamento de Joaquim Pedro Salgado, outra filha do tenente Joaquim Thomaz de Andrade Siqueira, Francisca Ermelinda de Andrade contraiu núpcias com José Joaquim de Figueiredo Neves.¹¹ O noivo, após o casamento, ocupou os cargos de juiz almotacé, eleitor, juiz ordinário e vereador na Câmara Municipal de Rio Pardo. Nesses exemplos percebemos um conjunto de redes de inserção e notabilização tanto dos indivíduos quanto das famílias na sociedade rio-pardense, permeadas através das alianças matrimoniais. Percebe-se, também nos exemplos citados, o papel das filhas no processo de constituição das redes e relações familiares. A partir dessa premissa, podemos apontar traços indicativos da mobilidade dos indivíduos, e da oferta de pretendentes, principalmente, moças naturais de Rio Pardo, para o casamento nessa região estudada.

As ligações evidenciadas, por exemplo, entre comerciantes camaristas e militares, negociantes camaristas e militares e/ou estancieiros e militares da câmara, apontam para uma política de ampliação de alianças, visando conferir estabilidade ou ampliar a rede de apoio, de poder e de prestígio do grupo familiar. Nesse sentido, “se produziu uma engenharia de matrimônios, interligando alianças com integrantes da elite local e membros de diferentes setores da sociedade” (FRAGOSO, 2003, p. 26).

É nesse universo que as relações sociais foram definidas, se consolidaram e se entrelaçaram. Os indivíduos e a partir de então as famílias, pertencentes à elite local, se notabilizaram em torno dos cargos administrativos da câmara municipal e a partir desse universo estabeleceram redes, associações e vínculos entre os diferentes membros das famílias da elite rio-pardense. Famílias estas, que segundo Comissoli tinham como primeira função “definir um grupo de pertencimento, sendo a segunda definir os grupos com os quais se pode estabelecer alianças que ampliem o parentesco original” (COMISSOLI, 2011, p. 268).

¹⁰ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 2B – 1793/1809, F196v. Porto Alegre: AHCMPA.

¹¹ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de casamentos. Livro 2B – 1793/1809, F199v. Porto Alegre: AHCMPA.

Essa pequena elite local, que se valia de atividades ligadas ao comércio, a pecuária/agricultura ou a atividade militar, se utilizou dessas teias para se alicerçar nos cargos de governança, constituindo fonte de ascensão social, prestígio e até mesmo riqueza. E as filhas tiveram um importante papel preponderante na constituição dessas teias, elo entre as principais famílias detentoras de prestígio e poder econômico e político em Rio Pardo.

Neste sentido, as relações familiares, baseadas principalmente nos laços matrimoniais, resultam quase sempre da aplicação de estratégias do grupo familiar, o que pressupõe escolhas orientadas para a obtenção de objetivos que transcendem a mera reprodução biológica. O casamento, portanto, implica antes mais uma opção de aliança com um grupo familiar que se revela atraente porque possuem determinados atributos sociais, econômicos, políticos, relacionais ou simbólicos (CUNHA, 2010, p. 120), do que a satisfação pessoal dos nubentes, o que está em jogo são os interesses familiares. Clara Bernardina de Magalhães, filha do estancieiro e tenente Ricardo José de Magalhães e Maria Mancio de Avelar contraiu núpcias com o estancieiro e camarista José Joaquim de Figueiredo Neves, no ano de mil oitocentos e doze.¹² Estrategicamente, para o pai da noiva, a escolha do noivo, sem dúvida, obedece a critérios como seleção dos cônjuges, concentração de poder e do patrimônio e, conseqüentemente, o casamento reforçou ainda mais a aliança política e/ou econômica entre as famílias. Para José Joaquim de Figueiredo Neves, casar com igual era motivo para preservar, ampliar seu *status* e fortuna. Portanto, essa aliança familiar representou um importante instrumento para a manutenção e consolidação do poder econômico das famílias envolvidas, ou seja, “quanto mais amplas e sólidas as relações estabelecidas, mais acessível seria o progresso socioeconômico da família” (BACELLAR, 1997, p. 92).

Essa sólida relação se justifica ainda mais quando do casamento da filha de José Joaquim de Figueiredo Neves, Izidora Colleta de Figueiredo Neves, com José Ricardo de Magalhães, filho do estancieiro e tenente Ricardo José de Magalhães e irmão da segunda esposa de José Joaquim de Figueiredo Neves, Clara Bernardina de Magalhães.¹³ O mesmo José Ricardo de Magalhães fora nomeado juiz almotacé um ano após seu casamento e na Vila

¹² Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832, F33v. Porto Alegre; AHCMPA.

¹³ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 3 – 1809 – 1832. F166. Porto Alegre: AHCMPA.

de Rio Pardo possuía uma loja de ferragens. Após a morte do seu genro, José Joaquim de Figueiredo Neves ficaria como tutor dos três filhos do respectivo casal. Ou seja, a fomentação dessa rede está baseada em “vínculos essenciais da existência social” (Hausberger. Apud. GOUVÊA, 2010, p. 167), baseados no parentesco, que, combinados, convergiam para oportunidades materiais, políticas e sociais.

Importante estancieiro e comerciante em Rio Pardo, filho de um dos primeiros povoadores da região, Antônio Simões Pires contraiu núpcias no final do século XVIII com Maria do Carmo Violante de Queiroz e Vasconcelos, natural da terra, filha do tenente de dragões Alexandre Luiz de Queiroz e Vasconcelos e Maria Eulália Pereira Pinto,¹⁴ conceituada família em Rio Pardo. Esse casal teve vários filhos e filhas. Uma de suas filhas, Maria Esmênia Simões Pires, natural de Rio Pardo, casou com Manoel José Ferreira de Faria,¹⁵ reinol, dono de um estabelecimento comercial e várias sociedades comerciais, inclusive com seu cunhado, Joaquim Simões Pires. Manoel José Ferreira de Faria além de comerciante, atuou ativamente na administração municipal, sendo juiz almotacé, vereador e juiz ordinário. Outra filha de Antônio Simões Pires, Luciana Pires, contraiu matrimônio com o capitão da Guarda-Nacional e fazendeiro José Saldanha Pereira de Macedo, filho do tenente e estancieiro Vasco Pereira de Macedo e Leonor Quirino de Saldanha. A neta de Antônio Simões Pires, Maria do Carmo Simões Pires casou-se com Vasco Venceslau Pereira de Macedo, natural de Rio Pardo onde foi juiz de órfãos, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, tornando-se mais tarde fazendeiro no município de São Sepé (LAYTANO, 1979, p. 282) e também filho do tenente e estancieiro Vasco Pereira de Macedo. Importante destacar ainda que a família Pereira de Macedo se relacionou matrimonialmente também com outra importante família de Rio Pardo, a do estancieiro e sargento-mor José Joaquim de Figueiredo Neves. Nesse sentido, verificamos a constituição de uma rede de alianças familiares envolvendo dois elementos comuns: estancieiros e militares, e o que é mais importante ainda, saíram de Rio Pardo e foram abrir novos espaços e ocuparam terras no município de São

¹⁴ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 2A – 1786 – 1793. F52. Porto Alegre: AHCMPA.

¹⁵ Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Rio Pardo. Registros de Casamentos. Livro 2B – 1793 – 1809. F266. Porto Alegre: AHCMPA.

Sepé, constituindo novas unidades produtivas, tendo como fio condutor o nome da família.¹⁶ Os casamentos ocorreram, portanto, dentro de duas estratégias principais: “as alianças economicamente vantajosas, unindo filhos de poderosos” (BACELLAR, 1997, p. 98) e a outra, a reprodução e ampliação do patrimônio da família.

No conjunto dessas diferentes redes familiares apresentadas, podem-se verificar algumas situações que são análogos entre as famílias, ou seja, todas as famílias estão ligadas direta ou indiretamente a Câmara Municipal de Rio Pardo; o casamento como forma de reconhecimento social e, a partir disso, almejar cargos camarários como instrumento de ascensão social; as alianças familiares como mecanismo de preservação e reprodução do *status* social e econômico; o papel das filhas na formação e consolidação de alianças familiares; a escolha dos cônjuges como estratégia de manter ou melhorar o padrão social da família; a mobilidade geográfica e a vinda de emigrantes de outras regiões, principalmente reinóis, em busca de novas oportunidades abriram espaço para os enlces matrimoniais com filhas da terra; a condição econômica das noivas e o casamento entre iguais. Sendo assim, as estreitas relações entre os integrantes dessas famílias proporcionaram uma ampla atuação econômica, bem como uma presença constante em instâncias administrativas como a câmara.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Os senhores da terra: família e sistema sucessório de engenho do Oeste paulista, 1765-1855*. Campinas: Área de Publicações CMU/Unicamp, 1997.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. *Viver e sobreviver em uma vila colonial: Sorocaba, séculos XVIII e XIX*. São Paulo: Annablume / FAPESP, 2001.

BRÜGGER, Silvia Maria Jardim. *Minas patriarcal: família e sociedade (São João Del Rei – séculos XVIII e XIX)*. São Paulo: Annablume, 2007.

¹⁶ Carlo Ginzburg e Carlo Poni propuseram fazer do nome – do nome próprio, ou seja, da marca mais individual, menos sujeita à repetição que existe – a baliza que permitiria construir uma modalidade nova de história social atenta aos indivíduos percebidos em suas relações com outros indivíduos. Pois a escolha individual não é vista aqui como contraditória à do social: ela deve tornar possível uma abordagem diferente deste, ao acompanhar o fio de um destino particular – de um homem, de um grupo de homens – e, com ele, a multiplicidade dos espaços e dos tempos, a meada das relações nas quais ele se inscreve. (REVEL, 1998, p. 21).

- COMISSOLI, Adriano. **A serviço de Sua Majestade: administração, elite e poderes no extremo meridional brasileiro (1808c. – 1831c.)**. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em História Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2011.
- CUNHA, Mafalda Soares da. Redes Sociais e decisão política no recrutamento dos governantes das conquistas, 1580-1640. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- FARIA, Sheila de Castro. *A colônia em movimento: fortuna e família no cotidiano colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.
- FARINATTI, Luís Augusto. *Sobre a cinza da mata virgem: lavradores nacionais na Província do Rio Grande do Sul (Santa Maria, 1845-1880)*. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 1999.
- FRAGOSO, João Luís. A nobreza vive em bandos: a economia política das melhores famílias da terra do Rio de Janeiro, século XVII. Algumas notas de pesquisa. *Tempo*. Rio de Janeiro, RJ, n. 15, pp. 11-15, 2003.
- GOUVÊA, Maria de Fátima. Redes governativas portuguesas e centralidades régias no mundo português, c. 1680-1730. FRAGOSO, João; GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). *Na trama das redes: política e negócios no império português, séculos XVI-XVIII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- LAYTANO, Dante de. *Guia histórico de Rio Pardo*. 2ª ed. Porto Alegre: AGE, 1979.
- LEVI, Giovanni. *A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- MATTOSO, Kátia. *Bahia século XIX: uma província no Império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MORENO, José Luis. *Historia de la familia em el Rio de la Plata*. 1ª Ed. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2004.
- MUAZE, Mariana de Aguiar Ferreira. *O império do retrato: família, riqueza e representação social no Brasil oitocentista (1840-1889)*. Tese de doutorado, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, RJ, 2006.

- MUAZE, Mariana. *As memórias da viscondessa: família e poder no Brasil Império*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.
- NADALIN, Sérgio Odilon. A população no passado colonial brasileiro: mobilidade *versus* estabilidade. *Topoi*. Rio de Janeiro, RJ, v. 4, n. 7, jul.-dez., p. 222-275, 2003.
- NAZZARI, Muriel. *O desaparecimento do dote: mulheres, famílias e mudança social em São Paulo, Brasil, 1600-1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- RAMOS, Donald. Casamento e a família no mundo ibero-americano: imposição e reação. *Revista População e família*. São Paulo, SP, Universidade de São Paulo/Humanitas, nº 5, p. 227-253, 2003.
- REVEL, Jacques. Microanálise e construção do social. REVEL, Jacques (Org.). *Jogos de escalas: a experiência da microanálise*. Rio de Janeiro: Editora Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- SAMARA, Eni de Mesquita. Mulheres chefes de família e de domicílio no Brasil: séculos XIX e XX. MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de; AMARAL, Vera Lúcia. *História econômica: reflexões e construção do conhecimento*. São Paulo: Alameda, 2006.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. Família, casa e fortuna: os grandes proprietários de escravos em São Paulo (1765-1836). *Demografia histórica em Portugal*. Boletín de la Asociación de Demografía Histórica. Bilbao, XIII, 2, 1995.
- SCOTT, Ana Silvia Volpi. *Famílias, formas de união e reprodução social no Noroeste Português (séculos XVIII e XIX)*. Guimarães: NEPS, Universidade do Minho, 1999.

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL

XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA

Conhecimento histórico e diálogo social

Natal - RN • 22 a 26 de julho 2013

ANPUH
BRASIL